

Brasil Alfabetizado e Missão Robinson I: um estudo comparado das políticas educativas de alfabetização no Brasil e na Venezuela

FRANÇA JÚNIOR DA CUNHA ANTENOR*

Resumo: Este artigo identifica as questões preliminares da pesquisa de mestrado em andamento sobre as políticas educacionais de alfabetização para jovens, adultos e idosos no Brasil e na Venezuela. A educação comparada tem um caráter avaliativo e prospectivo, pois possibilita analisar os impactos das políticas educacionais e identificar soluções para os problemas de cada país, contribuindo para o planejamento da educação. O analfabetismo, ainda hoje é um grave problema social, atinge a maioria dos países e isto não tem sido diferente na América Latina, esse problema tem se mostrado de forma perversa junto à população excluída socialmente da garantia dos seus direitos, assim a alfabetização pode abrir portas que possibilite a melhora de vida, de saúde e oportunidades de crescimento intelectual e profissional do indivíduo no exercício da cidadania e no cumprimento da justiça social. O Brasil conta atualmente com 14 milhões de analfabetos e não deve diminuir de forma relevante este número até 2015, ano previsto para a redução da metade do percentual de analfabetos. A Venezuela foi declarada em 2005, território livre do analfabetismo tendo adotado o método cubano “*Yo sí puedo*”, através de um programa organizado em “missões”. Diante do exposto, este artigo tem como objeto de investigação um estudo comparado das políticas educacionais de alfabetização para jovens, adultos e idosos analfabetos no Brasil e na Venezuela entre os anos de 2003 a 2008, durante os governos Lula e Chávez. Tal investigação tem como objetivo geral comparar a implementação e os impactos das políticas educacionais de alfabetização por meio de análise documental e bibliográfica apontando as políticas adotadas pelos dois países, a fim de mapear semelhanças e diferenças que possam interferir nos resultados obtidos. A comparação torna-se um bom instrumento para conhecer melhor o próprio sistema educacional. Dessa forma, estudos comparados em educação ajudam a revelar os problemas da escola e da educação como um todo em uma determinada sociedade a partir do olhar de fora e podem vir a contribuir na formulação de políticas para a erradicação ou diminuição das altas taxas de analfabetismo.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Comparada; Educação de Jovens e Adultos.



* FRANÇA JÚNIOR DA CUNHA ANTENOR é Mestre em Educação pela UFPR; professor da educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos no CEEBJA-CIC-Curitiba-PR.

Introdução

Este artigo apresenta de forma preliminar a pesquisa de mestrado em andamento que tem como objeto de investigação um estudo comparado das políticas educacionais de alfabetização, da Educação Básica, modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹, na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela. O recorte temporal está compreendido entre os anos de 2003 a 2008, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Rafael Chávez Frías, que, respectivamente, implantaram os programas *Brasil Alfabetizado* e *Misión Robinson I* (Missão Robinson I) com a finalidade de erradicar o analfabetismo em seus territórios.

O analfabetismo ainda é um grave problema social que atinge o mundo, de modo geral, e particularmente os países latino-americanos. Esse problema tem atingido de forma perversa a população pobre, excluída da maioria dos seus direitos. Em 2008, “pouco menos de 796 milhões de adultos não tinham competências básicas de alfabetização – em torno de 17% da população adulta do mundo” (UNESCO, 2011, p. 14). Apesar da UNESCO ressaltar que “a alfabetização abre as portas para melhores condições de vida, melhoria da saúde e oportunidades de crescimento” (2011, p. 13), esse é apenas o primeiro passo. A mesma organização, com base em estudos da Comissão Econômica para a América

Latina e o Caribe (CEPAL) (1998), afirma que:

Las personas que provienen de hogares con escasos recursos suelen cursar 8 o menos años de estudio, y en general no superan la condición de obrero u operario, mientras que aquellos que crecen en hogares de mayores recursos suelen cursar 12 o más años de educación y se desempeñan como profesionales, técnicos o directivos. Esto significaría que una escolaridad obligatoria de 12 años sería el umbral mínimo deseable (UNESCO, 2007, p. 27).

O *Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos* (UNESCO, 2011) informou que o Brasil – ainda que no período de 2000 a 2007, tenha conseguido reduzir sua população analfabeta em 2,8 milhões – apresentou um resultado tímido para um país que ainda possui um total de 14 milhões de analfabetos (UNESCO, 2011).

Em contrapartida, a Venezuela, em 2005 declarou-se “território livre do analfabetismo”, conforme notícias publicadas na imprensa de vários países, reproduzida no Brasil pela página do INEP (2005). Diante do exposto, justifica-se a necessidade de investigar o fato, tomando o Brasil como contraponto.

Tal investigação tem como objetivo comparar a implementação e os impactos dos programas *Brasil Alfabetizado* e *Missões Educativas Bolivarianas*, neste artigo com ênfase a *Missão Robinson I*, a fim de analisar o cumprimento do direito de todos à educação.

No que se refere ao Brasil, serão utilizados para esse estudo os seguintes marcos legais: Constituição Federal do Brasil 1988 (CF/1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação

¹ No Brasil a modalidade Educação de Jovens e Adultos é representada pela sigla EJA, na Venezuela utiliza-se a expressão Educación de Adultos ou o termo Educación de Jóvenes y Adultos (EDJA). No que se refere à América Latina e Caribe encontrou-se nos documentos pesquisados a sigla EPJA – Educación de Personas Jóvenes y Adultas. Para este trabalho será utilizada a sigla brasileira – EJA.

Nacional de 1996, Plano Nacional de Educação – PNE de 2001 e o Decreto nº 4.834 de 8 de setembro de 2003, que criou o Programa Brasil Alfabetizado – PBA (BRASIL, 2003), cuja meta para o período de 2003 a 2006 era alfabetizar em 2003, 1.668.253; em 2004, 1.717.229; em 2005, 2.049.059; e, em 2006: 2.000.000 jovens e adultos (estimativa) (OEI, 200-, p. 36).

Como marcos legais de estudo da Venezuela foram utilizados os documentos: Constituição Bolivariana da Venezuela de 1999, Lei Orgânica de 1980 e Lei Orgânica de 2009, decretos-lei que versam sobre as missões educativas e a Lei Nacional de Juventude de 2002, que constituirão a base de análise para a investigação.

A análise pretendida parte dos conceitos de direito, justiça social e cidadania.

Estudos comparados, principalmente no campo das políticas educacionais, têm apresentado quadros estatísticos de caráter classificatório, tendo como padrão de referência as agendas globais estabelecidas por organismos multilaterais, tais como a *Declaração de Educação para Todos* (UNESCO, 1990). Segundo Trojan e Sanchez “no âmbito da avaliação de políticas, especialmente as educacionais, a comparação é utilizada para demarcar parâmetros de qualidade e modelos de eficiência” (TROJAN; SANCHEZ, 2009).

Também é fundamental explicitar a importância que o método de comparação tem na avaliação dos sistemas de ensino de cada país, possibilitando uma análise a partir do olhar do outro para o próprio sistema educacional do país. O princípio de comparação segundo Franco:

[...] é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si

mesmo pelo outro. A comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo conhecimento. Trata-se de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença (FRANCO, 1992, p.2).

Compara-se o tempo todo no cotidiano. No senso comum, a comparação é utilizada de forma espontânea nas suas múltiplas análises e interpretações dos fatos. Na investigação científica isto não é suficiente, os diversos ramos das ciências sociais devem servir de suporte e embasamento para possíveis explicações dos fenômenos da sociedade.

Estudos comparados em educação permitem estudar os problemas da escola e da educação como um todo em uma determinada sociedade usando o outro como elemento de contraponto, a fim de estabelecer as mediações necessárias do objeto com o contexto mais amplo. Dessa forma, podem vir a contribuir para a avaliação de políticas, no que diz respeito à erradicação ou à diminuição das altas taxas de analfabetismo. Assim, a comparação torna-se um bom instrumento para conhecer melhor o próprio sistema educacional.

Diante do exposto, a metodologia de pesquisa se fundamenta no método do estudo comparado, que permite comparar semelhanças e diferenças entre diferentes sistemas de ensino entre dois ou mais países.

Primeiramente, neste artigo, será apresentado o conceito de justiça social, após se fará uma breve análise da EJA no Brasil e na Venezuela. Em seguida serão apresentados os programas *Brasil Alfabetizado* e *Missão Robinson I*. O artigo encerra com as considerações finais, organizando de forma preliminar

algumas semelhanças e diferenças, entre os dois programas de alfabetização de adultos.

Justiça social

As políticas educativas partem da noção de que a escola é acima de tudo um espaço de promoção da justiça social. Tal noção “atribuí à escola novas funções sociais, muitas vezes de caráter assistencial” (OLIVEIRA, 2009, p. 17), assim o cumprimento da justiça social está, muitas vezes, atrelado às questões assistencialistas. O Estado é um dos responsáveis pela promoção da justiça e da igualdade, a fim de diminuir as desigualdades decorrentes do modo de produção capitalista.

A justiça social como mecanismo de garantia do direito, no âmbito da educação, exige políticas educacionais específicas para as categorias socialmente excluídas. Para a proposição, fiscalização e controle das políticas públicas foram criados no Brasil, a partir da CF/1988, os conselhos de direitos também chamados de conselhos de políticas públicas. Segundo o Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais:

Conselho de política pública é um espaço público e plural, no qual representantes da sociedade e do estado formulam e fiscalizam políticas públicas para áreas específicas. Nos Conselhos, a relação público/privado se estabelece, materializando princípios da democracia representativa e participativa. São espaços de debate e busca pelo consenso, nos quais devem predominar os interesses públicos e dos usuários das políticas públicas (CONSET, 20--).

No caso da Venezuela, esta representação se faz através dos conselhos comunais que são:

[...] son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social (VENEZUELA, 2009, p. 1).

A participação em tais conselhos é condição para o exercício da cidadania e consolidação da democracia. Segundo Wanderley (1987), democracia significa justiça social, ou seja,

– pão, teto e saúde para todos; significa todos terem liberdade de informação, organização e participação em todos os níveis, significa todos poderem exercer a crítica ao capitalismo e buscarem alternativas – sendo básica a gestação e o fortalecimento de um autêntico poder popular; significa a extensão dos direitos democráticos e a produção dos sujeitos capazes de exercê-los; significa, enfim, uma forma de vida (WANDERLEY, 1987, p. 67).

Essa definição do termo justiça social é importante, pois a partir deste conceito é possível avaliar quais medidas são necessárias para definir políticas públicas, e no caso deste estudo, políticas educacionais. Figueiredo traz o conceito de justiça social pelas lentes de Barry:

A justiça social é um atributo das instituições sociais, que no conjunto, determinam o acesso – ou

as possibilidades de acesso – dos membros de uma sociedade a recursos que são meios para a satisfação de uma grande variedade de desejos (BARRY, 1989, p. 146, *apud*, FIGUEIREDO, 1997, p. 73-74).

Desejos estes traduzidos como sinônimos das necessidades básicas. As classes populares ou subalternas, compreendidas no plural, segundo Wanderley (1987) são: “o operariado industrial, a classe trabalhadora em geral, os desempregados e subempregados, o campesinato, os indígenas, os funcionários, os profissionais e alguns setores da pequena burguesia” (WANDERLEY, 1987, p. 64). Tais grupos, na sua maioria, são os potenciais sujeitos que tiveram o direito a educação negada no passado tornando-se público alvo da EJA.

O analfabetismo é uma mazela social que atinge o mundo todo e nos países pobres tem se mostrado de forma mais acentuada, isso se deu através de um processo de poucos investimentos na área educacional desde o período colonial até a atualidade. É necessário conhecer o contexto social, político e econômico para entender tal processo, a seguir serão apresentadas brevemente algumas características da EJA no Brasil e na Venezuela.

Educação de jovens e adultos no Brasil e na Venezuela

O conjunto de países da América Latina e Caribe apresenta características bastante heterogêneas em sua constituição política, econômica e social. Isto não é diferente no âmbito educacional e, especificamente, na EJA. Di Pierro (2008) relata que na atual conjuntura, esta modalidade, se apresenta relacionada “de um lado, a

certos processos sociodemográficos, econômicos, políticos e educativos que marcaram o continente na segunda metade do século XX e, de outro, a desafios que a transição do milênio colocou” (DI PIERRO, 2008, p. 03).

A transição demográfica que marcou os países latino-americanos ao longo do século XX mostrou que a reduzida taxa de mortalidade associada ao aumento da taxa de natalidade determinou o ritmo acelerado de crescimento nesta região (DI PIERRO, 2008). No final do milênio, houve uma mudança no perfil da idade da população, resultando em um aumento da população em idade adulta, que se deve a saída da mulher para o mercado de trabalho e, consequentemente, à redução das taxas de natalidade e de elevação da expectativa de vida. A saída do homem do campo para a cidade e a alta concentração populacional nos grandes centros urbanos, também redesenhou a estrutura dos sistemas educacionais:

[...] houve redução da disparidade de gênero, que discriminava as mulheres no acesso a educação ao passo que aumentou a distância entre as gerações no acesso às oportunidades educacionais, colocando os adultos e idosos em situação de desvantagem perante a juventude (DI PIERRO, 2008, p. 3-4).

Mesmo diante de tal quadro na forma de acesso à escola, a juventude oriunda dos setores pobres da população não foi poupada, em virtude das trajetórias educacionais distintas e descontínuas que gerou um atraso escolar, tornando os jovens com pouca escolaridade sujeitos da EJA. Isto se deve ao fato, entre inúmeros problemas, dos poucos investimentos públicos na área da educação e a reprodução de modelos seletivos e anacrônicos (DI PIERRO,

2008), tem sido comuns em toda a América Latina e Caribe.

De acordo com as projeções do *Relatório de Monitoramento Global*, no que concerne às metas acordadas para elevação dos índices de alfabetização e erradicação do analfabetismo até 2015, o Brasil não deverá sequer alcançar a redução da metade das taxas de

analfabetismo. Em 1999, esta taxa estava na casa dos 12,3%, e de acordo com a estimativa deste relatório ficará em torno de 7% em 2015 (UNESCO, 2008).

As taxas brasileiras ficarão um pouco acima deste índice, porém ainda abaixo do desejável, como revela o quadro 01:

Quadro 01 – Taxas de analfabetismo na América Latina e Caribe (1950–2015) em %

País	1950	1960	1970	1980	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	51	39,4	31,6	24,0	18	15,3	13,1	11,1	9,6	8,2
Venezuela	-	-	23,7	16,1	11,1	9,1	7,5	6,0	4,8	3,9

Fonte: Base de Nassif, Rama y Tedesco, 1984 y de CEPAL/CEPALSTAT, Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas de América Latina y el Caribe/2010. Quadro elaborado por Pablo Gentili. In: GENTILI, 2009

Contrariando as projeções negativas, que indicavam a permanência de 6% de analfabetismo na Venezuela para 2005, esta foi declarada território livre do analfabetismo em 28 de outubro de 2005, após implementar o método cubano “Yo, sí puedo” (Sim eu posso) através do programa educativo *Missão Robinson I*.

A alfabetização desempenha um dos papéis mais importante na inserção dos indivíduos na sociedade, tanto que, de acordo a UNESCO (2010), os “8 *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*” deverão ser atingidos a partir da redução das altas taxas de analfabetismo no mundo.

Segundo a UNESCO (2010), as pessoas alfabetizadas tornam-se mais autoconfiantes, melhoram sua capacidade de trabalho, aprendem a lidar com dinheiro, são menos passíveis a serem enganadas, são mais propensas a enviar seus filhos à escola, melhoram suas práticas de saúde e desenvolvem

uma maior consciência ambiental, entre outros benefícios, assim:

Adultos de todas as idades que continuam sua educação têm maior acesso a informações e conhecimentos que são importantes para formar opiniões e adotar ações com relação às principais questões sociais e políticas [...] (UNESCO, 2010, p. 20).

Desde 2003, com maior ênfase, Brasil e Venezuela têm posto em prática políticas educacionais para a inclusão social das pessoas analfabetas ou com pouca escolarização, estas ações, que respondem a anseios de longa data iniciam já no período da colonização.

Até a primeira metade do século XX na América Latina e no Caribe, os avanços na EJA são inexpressivos, o que ocasionou um impacto reduzido nas taxas de analfabetismo. Na segunda metade do século XX, as políticas de alfabetização de jovens e adultos, nestes territórios estiveram ligadas aos movimentos populares, conforme a UNESCO:

Desde hace décadas, la región ha desarrollado valiosas experiencias de educación de adultos no formales o de educación popular, particularmente aquellas promovidas por organizaciones de la sociedad civil que se levantaron como alternativas contestatarias durante los regímenes autoritarios. Luego, con el advenimiento de las democracias, algunas fueron subsumidas por programas gubernamentales y otras perdieron continuidad y vigencia. (UNESCO, 2007, p. 89).

Brasil e Venezuela compartilham dessa mesma história. Analisar com maior profundidade os dois programas em foco, quais sejam: o *Brasil Alfabetizado* e a *Misión Robinson I* revelam o quanto tais países estão comprometidos com o direito à educação e os princípios de justiça social.

Programa Brasil Alfabetizado

A alfabetização é um direito, sendo assim está implícito no direito à educação, cuja “concepção mais corrente de alfabetização é a de um conjunto de habilidades tangíveis – particularmente as habilidades cognitivas de leitura e escrita” (UNESCO, 2006b, p. 149). O período entre 2003 a 2012 foi declarado como a *Década das Nações Unidas para a Alfabetização*.

Através do Decreto nº 4.834 de 8 de setembro de 2003² é implementado o PBA³, cuja finalidade expressa 1º artigo

² Revogado pelo Decreto 6.093 de 2007 onde se lê no 1º Artigo: O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais (BRASIL, 2007).

³ Este programa “nasce” primeiramente na Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) e em 2004 é transferido para a SECAD. O Departamento de Educação

é “de erradicar o analfabetismo no País” (BRASIL, 2003) alfabetizando jovens e adultos com 15 anos ou mais, tal implementação, descrito em parágrafo único, se dá pelo “regime de colaboração da União com os Estados, o Distrito federal, os Municípios e organismos da sociedade civil” (BRASIL, 2003).

Tal ação dá continuidade aos programas já iniciados no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, no *Programa Alfabetização Solidária* o governo transferia a responsabilidade do Estado para a sociedade civil enquanto o PBA é um programa de Governo (HADDAD, 2008).

O quadro 02 nos permite avaliar a evolução do PBA durante o período de 2003 a 2007:

de Jovens e Adultos (DEJA) também é transferido, do qual faz parte a Coordenação-geral de Alfabetização, a qual é responsável pelo programa (UNESCO, 2006a). Atualmente a SECAD se tornou SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Quadro 02 – Evolução da cobertura do PBA – 2003/2007

Ano	Inscrito	Alfabetizadores	Projetos/Parceiros	Turmas	Municípios	Recursos (milhões de R\$)
2003	1.598.430	77.474	180	83.653	2.729	162,1
2004	1.526.155	67.065	381	69.842	*	167,1
2005	1.875.705	97.250	636	102.839	*	208,3
2006	1.609.446	85.070	673	90.643	*	180,3
2007	1.286.718	87.750	1.173	88.070	*	*

Fonte: MEC/Secad. Mapa do Brasil. In: UNESCO, 2008, p. 75. Nota: * Informação não disponível.

Tal evolução, mesmo que modesta, permite avaliar o cumprimento da justiça social quando da implementação de políticas educativas, neste caso o PBA, que assegura a população analfabeta o direito de se tornar um cidadão escolarizado.

Ainda que esse processo se desenvolva num contexto de descentralização e distribuição de responsabilidades, a União tem papel indutor importante sobre as políticas nos demais entes federados: municípios e estados, onde “Os municípios são as instâncias de governos responsáveis pela maior parte de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental de jovens e adultos” (UNESCO, 2008, p. 74) e desde 2006 “os governos estaduais são responsáveis pela maioria das turmas e alfabetizando do Brasil Alfabetizado” (UNESCO, 2008, p. 78). Para tanto as ações desenvolvidas se concretizam no âmbito de “Apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal” (BRASIL, 201-).

Valorizar o alfabetizando é primordial na EJA, pois o mesmo traz consigo uma história de vida permeada de ações cotidianas, mesmo que perpassadas pelo

senso comum, esse saber popular não deve ser desconsiderado, é um saber rico, tal conhecimento de mundo deve ser lapidado associando ao saber científico. Pensando neste cidadão o processo de alfabetização no PBA, deve contemplar:

[...] a escrita da língua portuguesa e a matemática a partir de uma abordagem que considere as relações das práticas cotidianas vivenciadas nos diversos contextos sociais; as práticas de leitura considerando diferentes linguagens, valorizando aspectos relacionados à diversidade cultural e, o mundo do trabalho, garantindo a apropriação de conhecimentos e direitos que contribuam para o exercício da cidadania (BRASIL, 2011, p. 09).

Assim, o domínio da leitura e da escrita pode corroborar com a diminuição da pobreza em território brasileiro, assim políticas educativas de alfabetização e continuidade dos estudos na EJA são importantes para o processo de desenvolvimento do país. Acabar com a pobreza nem sempre significa acabar com as desigualdades sociais tão presente em nosso país. Segundo Haddad,

[...] as desigualdades econômicas e sociais que marcam a sociedade brasileira refletem e estão refletidas

na histórica exclusão de segmentos populacionais do acesso à educação [...] o Brasil, não sendo pobre é incrivelmente desigual (HADDAD, 2008, p. 12).

Tivemos em nosso país um grande crescimento econômico no último século, o Brasil passou a fazer parte dos países em desenvolvimento, Haddad pontua:

[...] o Brasil teve um dos maiores índices de crescimento econômico no século passado, mas manteve

inalterado os seus índices de concentração de renda, constituindo-se em um dos países mais desiguais do mundo (HADDAD, 2008, p. 21).

A partir do quadro 03 podemos analisar que a situação de pobreza e indigência tem diminuído no plano formal, cabe questionar o quanto no plano real isto faz diferença nas condições de vida das populações de baixa renda aliviando ou não tal condição.

Quadro 03 – América Latina: pessoas em situação de pobreza e indigência, cerca de 2002, 2008 e 2009 (em porcentagens)

País	Cerca de 2002			Cerca de 2008			Cerca de 2009		
	Ano	Pobreza	Indigência	Ano	Pobreza	Indigência	Ano	Pobreza	Indigência
Brasil	2001	37,5	13,2	2008	25,8	7,3	2009	24,0	7,0
Venezuela	2002	48,6	22,2	2008	27,6	9,9		...	...

Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países. Nota: Três pontos (...) indicam que faltam os dados, não constam em separado ou não estão disponíveis (CEPAL, 2010, p. 13).

Diminuir os índices de pobreza, como apresenta o quadro 03, está relacionado com o quanto às pessoas têm acesso e permanência na escola, entre outros fatores que lhes possibilitem tal mudança, tornar-se menos pobre não significa aliviar as desigualdades sociais existentes nos países. Tal desigualdade no Brasil se reflete principalmente no acesso a saúde e a educação, milhares de brasileiros não se veem pobres, mas se enxergam desiguais, Haddad sinaliza que estes dois conceitos são distintos, assim:

[...] pobreza mede-se pelas condições mínimas de sobrevivência das pessoas em uma determinada sociedade. Desigualdade diz respeito à forma de distribuição de bens e recursos em uma determinada sociedade (HADDAD, 2008, p. 21).

Segundo o documento Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de turmas e de alfabetizadores:

Com a clareza de que os egressos do PBA deverão ser encaminhados às turmas de EJA para continuidade dos estudos, o programa se traduz em um instrumento que exige a responsabilidade, o compromisso e a articulação dos municípios, estados, distrito federal e governo federal, essenciais para institucionalizar as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, garantindo seu espaço e sua qualidade e ampliando a oferta (BRASIL, 2011, p. 04).

O PBA atua em cinco focos (UNESCO, 2006a), a saber: 1º: gestão participativa;

2º: descentralização e controle social;
3º: preocupação com a continuidade da alfabetização; 4º: transversalidade da EJA e 5º: prioridade na avaliação.

O PBA cujo intuito é o de erradicar o analfabetismo no Brasil prevê um período de alfabetização de oito meses, cuja carga horária diária de duas horas e dez horas-aula/semana neste caso totaliza um mínimo de 200 horas-aula por curso, dez horas por semana cujas classes de aulas devem ter de 15 a 25 alunos no máximo (HADDAD, 2008).

Tal programa atua com recursos repassados aos estados e municípios através de transferência direta, cujos planos pedagógicos e o cadastramento de alfabetizadores e alfabetizandos devem estar aprovados para permitir a execução das ações: a formação de alfabetizadores e a alfabetização de jovens e adultos. Organizações da sociedade civil e sistemas de ensino superior, através de convênios ou de parcerias, têm também o repasse financeiro assegurado desde que cumprem as obrigações já descritas anteriormente (HADDAD, 2008).

Duas grandes críticas são feitas a este programa: A primeira crítica é feita pela falta de continuidade dos estudos, ou seja, “Entende-se que a continuidade é um meio de fortalecer a Educação, vista como instrumento de promoção social e coletiva. A alfabetização, dessa forma, passa a ser pensada como porta de entrada para uma educação continuada, no caso a [...] a EJA” (UNESCO, 2006a, p. 15). Assim a EJA asseguraria o acesso universal destes jovens e adultos no Ensino Fundamental (Fase I e II) e no Ensino Médio em seus programas da EJA.

A segunda crítica se dá pelos baixos índices dos resultados, segundo Rummert e Ventura “dois anos após a implementação da nova “campanha”, e tendo sido gastos um total aproximado de R\$330 milhões no biênio 2003-2005, a queda percentual no número de analfabetos absolutos situou-se no reduzido patamar de 0,3%” (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 37), desta forma o Brasil apresenta um número elevado de jovens e adultos analfabetos no país conforme o quadro 04:

Quadro 04 – Brasil: evolução do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais –1920/2006.

Ano/Censo	Total	Analfabetos	%
1920	17.557.282	11.401.715	64,90
1940	23.709.769	13.269.381	56,00
1950	20.249.423	15.272.632	50,50
1960	40.278.602	15.964.852	39,60
1970	54.008.604	18.146.977	33,60
1980	73.541.943	18.716.847	25,50
1991	95.837.043	19.233.758	20,07
2000	119.556.675	16.294.889	13,63
2006	138.584.000	14.391.000	10,38

Fonte: Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. In: UNESCO, 2008, p. 29.

Além do significativo número de analfabetos absolutos no país em 2006, contabilizava neste mesmo ano “mais de 65 milhões de jovens e adultos brasileiros tinham escolaridade inferior ao ensino fundamental” (UNESCO, 2008, p. 28). Constatou-se também nesse período um reduzido número de alunos frequentando as salas de aula no PBA, apesar de muitas salas de aulas estarem localizadas em espaços alternativos o que de certa forma poderia criar um vínculo de proximidade entre o alfabetizador e o alfabetizando, não é isso que muitas vezes ocorre, tais espaços em salões paroquiais de igrejas ou dentro de lares residenciais cedidos para tal finalidade não possuem condições materiais necessárias, pois muitas vezes apresentam: baixa iluminação, banheiros inadequados, falta de espaço para a lousa, ausência ou inadequação de carteiras e cadeiras entre outras necessidades materiais (HADDAD, 2008).

A alimentação, também é outro fator importante neste contexto de aprendizagem, cabendo ressaltar que a merenda escolar, quando existe, muitas vezes não chega aos espaços devidos, isto se dá em função de procedimentos e entendimentos inadequados e equivocados por parte dos governos (HADDAD, 2008). Luiz Gonzaga Nascimento Júnior, compositor brasileiro conhecido como Gonzaguinha, por meio da letra da música *Assim seja, amém*, na estrofe “Não há quem com fome aprenda”, canta a dificuldade das pessoas em aprender com fome.

Outro fator de abandono por parte dos alunos é a necessidade do uso de óculos dos quais muitos necessitam e acabam não fazendo uso dos mesmos por não terem condições financeiras de adquirir

devido a sua frágil condição material de vida; a fragilidade da saúde de um grande número de alfabetizandos, idosos principalmente, impede a sua ida até a escola caracterizando outro motivo de abandono dos estudos (HADDAD, 2008).

Neste sentido, existe o projeto Olhar Brasil, que é uma ação conjunta do MEC com o Ministério da Saúde/MS que tem “como objetivo garantir a realização da triagem de acuidade visual e o encaminhamento dos alfabetizandos com deficiências visuais para os órgãos de saúde competentes, possibilitando a aquisição de óculos nos casos necessários.” (BRASIL, 2011, p. 18). Para tanto os alfabetizadores devem ser capacitados a fazer um trabalho de triagem de acuidade visual.

O longo caminho que muitos educandos necessitam percorrer, muitas vezes a pé em função do custo de uma passagem de ônibus, para se chegar do trabalho à escola além do cansaço físico e mental são condições de empecilho na permanência destes educandos no processo de alfabetização e continuidade dos estudos escolares (HADDAD, 2008).

A falta de material didático adequado a esta faixa etária conduz o alfabetizador muitas vezes a escolher um material ao seu alcance, utilizando recursos destinados às crianças, o que acaba por infantilizar o trabalho com o adulto, segundo Oliveira:

Quando Paulo Freire, em Pernambuco, e Moacir de Góes, no Rio Grande do Norte, começaram a desenvolver seus trabalhos de alfabetização, fundamentados em métodos e objetivos que buscavam adequar o trabalho à especificidade dos alunos, começou a emergir a consciência de que alfabetizar adultos requeria o desenvolvimento

de um trabalho diferente daquele destinado às crianças nas escolas regulares. As necessidades e possibilidade daqueles educandos exigiam o desenvolvimento de propostas adequadas a elas. (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Haddad reforça tal condição “na prática, cada alfabetizador conduz o curso de acordo com suas opções próprias, que, em geral, não refletem a tentativa de responder às especificidades inerentes à EJA” (HADDAD, 2008, p. 63).

Outro exemplo do uso do material didático de forma infantilizada observou-se nas contribuições de Abramovay e Andrade “a maioria dos alfabetizadores utiliza cartilhas de alfabetização apropriadas para crianças, sem qualquer adaptação ou mediação para o público jovem e adulto” (ABROMOVAY; ANDRADE, 2006, p. 151).

Segundo a Diretoria de Políticas de Jovens e Adultos⁴ a formação do professor alfabetizador deve estar dentro de um processo contínuo, onde coordenadores de turmas e alfabetizadores do PBA devem participar de uma formação inicial antes de iniciar a alfabetização com as novas turmas e permanecendo em constantes processos de formação continuada durante o programa (BRASIL, 2011).

Tais propostas discutem os conteúdos na formação dos coordenadores de turma e alfabetizadores “que subsidiam o preparo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, esclarecendo a articulação e a relação com outras ações (fomento à leitura, [...] obtenção do registro civil, dentre outras) voltadas à melhoria da qualidade da alfabetização de jovens, adultos e idosos” (BRASIL,

2011, p. 14) devem estar incluídas nas diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais para EJA bem como nos projetos políticos pedagógicos das escolas formatadas em seus currículos e nas práticas pedagógicas do alfabetizador.

Missão Robinson I

A denominação dada a Missão Robinson é uma homenagem a Simón Rodrigues, mestre de Simón Bolívar⁵. Samuel Robinson é o nome que Simón Rodrigues passa a usar na Jamaica em 1797. Os alunos que frequentam esta missão são reconhecidos e chamados de “Patriotas” e os facilitadores de “*Ejército de la Luz*” (ILDIS, 2006, p. 80). Tal missão foi criada em 02 de junho de 2003⁶ como Plano Nacional Extraordinário de Alfabetização.

A primeira missão educativa em território venezuelano é chamada de *Misión Robinson I* e teve início em 1º de julho de 2003, lançada pelo “*Plan Nacional Extraordinário de Alfabetización Simón Rodríguez*”, com esta missão o governo nacional procura dar uma resposta ao compromisso nº 4 do Foro Mundial de Dacar, ou seja, “alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos” (UNESCO, 2008, p. 9). O quadro 05 nos dá a dimensão da evolução das matrículas da Missão Robinson I desde o seu início até outubro de 2005.

⁵ Bolívar foi o protagonista da independência de países como Venezuela, Bolívia e Equador.

⁶ Publicado pela primeira vez o Decreto nº 2.434 em Gazeta Oficial nº 37.702, com posterior modificação e publicação em 13 de junho de 2003 em Gazeta Oficial nº 37.711.

⁴ Atualmente se denomina: Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 05 – Evolución de la matrícula de la misión Robinson, Fase I, desde su inicio hasta octubre de 2005

Inicio (jul-03)	Dic-03	Dic-04	Oct-05
100.343	1.212.226	1.371.595	1.482.543

Fonte: Presidencia de la República Bolivariana de Venezuela, 2004. Sala Situacional de la Misión Robinson; MED, 2004 y MED 2005a. In: ILDIS, 2006, p. 88 (adaptação nossa).

Tal missão, considerada como um esforço de inclusão social, contou com a assessoria de 70 pedagogos cubanos e mais de 100 mil facilitadores voluntários, conhecidos como alfabetizadores comunitários, cuja formação mínima é a educação básica (primária) concluída (ILDIS, 2006). Seu objetivo era:

[...] enseñar a leer y escribir a un millón y medio de venezolanos identificados en situación de analfabetismo, y como objetivos específicos los de formar ciudadanos libres, enseñándolos a leer y a escribir, y eliminar el analfabetismo existente en la población venezolana (ILDIS, 2006, p. 83).

A professora cubana, Leonela Inés Relys Díaz, a pedido do governo venezuelano criou o método pedagógico cubano de ensino chamado “*Yo sí puedo*”. Num total de 65 classes este se efetiva através de vídeos e cartilhas que retratam fielmente as imagens expressas nas aulas através dos vídeos, os alunos são auxiliados pelos facilitadores (ILDIS, 2006).

Tal método consiste em três etapas: “*adiestramiento, enseñanza de lecto-escritura y consolidación de lo aprendido*” (ILDIS, 2006, p. 85). A etapa de *adiestramiento* consiste em atividades de “*practicar, entrenar, preparar al participante para aprender a leer y escribir*” (ILDIS, 2006, p. 85) cumprindo as dez primeiras lições divididas da seguinte forma:

Las cinco primeras permiten: la familiarización, el desarrollo de la expresión oral y de habilidades psicomotoras y el aseguramiento de la representación gráfica de los números del 0 al 30. Las cinco clases restantes están dirigidas al estudio de las vocales (ILDIS, 2006, p. 85).

Na etapa seguinte, de *lecto-escritura* desenvolve-se em 42 classes. Nas 23 primeiras se aprende cada dia uma nova letra ou fonema até completar o abecedário, nas 19 restantes vão se introduzindo as dificuldades do idioma, como as combinações de sílabas, com o avanço destas classes introduz-se novos elementos como o reconhecimento de uma figura associada a uma palavra, a apresentação de uma ideia ou uma oração. A partir do momento que o aluno domine a grafia, a letra cursiva é introduzida como um dos objetivos da pós-alfabetização consolidando e fixando os conhecimentos adquiridos ao longo do processo de ensino (ILDIS, 2006).

As últimas 13 classes são destinadas ao aprendizado de verificação onde nas duas ultimas classes são feitos exercícios de redação. Cada aula tem como duração 2 horas distribuídas de tal maneira que:

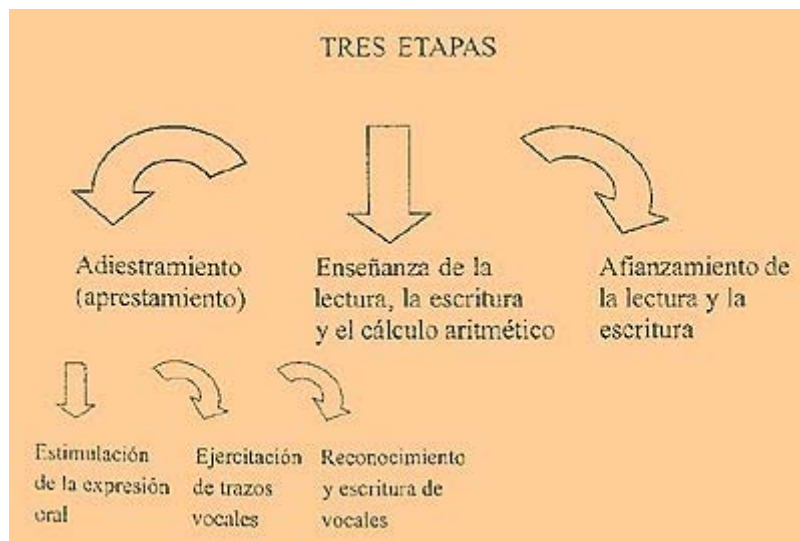
[...] los primeros 5 minutos sean utilizados para motivar a los participantes, controlar la asistencia y conocer las dificultades que puedan haber presentado en el aprendizaje o en su vida personal.

Los siguientes 30 minutos se dedican a la clase televisiva, posteriormente 15 minutos para el intercambio activo y 10 minutos de receso o cambio de actividad. Luego en los 30 minutos siguientes se repite la actividad con la clase

televisiva (15 min) y se dedica otros 15 minutos para el intercambio y análisis (ILDIS, 2006, p. 85).

A figura 01 representa as três etapas do método cubano “Yo sí puedo”:

Figura 01: Etapas del aprendizaje de la lectura y la escritura



Fonte: DÍAZ, 2012.

Como política de reforço, estímulo e aperfeiçoamento as pessoas que participaram desta etapa educativa receberam uma biblioteca familiar com vinte e dois volumes de narrativas como parte do material didático, desta forma tais estudantes mantêm contato direto e permanente com a leitura renovando dia a dia o hábito de ler (REGNAULT, 2008).

Tal missão se desenvolve em espaços alternativos denominados “ambientes” podendo ser nas próprias comunidades desde salas de aula das escolas públicas até espaços em repartições públicas do governo passando por outros espaços comunitários, tendo 20 alunos em cada ambiente de alfabetização (REGNAULT, 2008).

Os facilitadores devem conhecer cada aluno para o trabalho fluir de forma

positiva obtendo bons rendimentos, para tanto antes de iniciar o processo de ensino, é necessário fazer uma classificação dos participantes para estabelecer em que nível cada aluno se encontra (ILDIS, 2006).

Tal missão se mostrou como um esforço enorme na Venezuela e seu sucesso deu continuidade aos programas educativos originando as missões: Robinson II e III, Ribas e Sucre que garantem o cumprimento da justiça social junto às populações excluídas.

Considerações finais

Diante do exposto, no que concernem as políticas educacionais de alfabetização para jovens e adultos no Brasil e na Venezuela a respeito dos programas *Brasil Alfabetizado* e *Missão Robinson*

I, constatou-se semelhanças e diferenças preliminares da pesquisa em estudo em andamento.

A primeira constatação se refere às semelhanças entre os dois programas:

- Ambos os programas estão amparados por leis nacionais nos dois países;
- Os sujeitos de tais programas educativos é a população excluída dos direitos sociais que tiveram negado no passado o direito à educação;
- A faixa etária acima de 65 anos de pessoas analfabetas é uma das que mais tem sofrido as mazelas sociais em função de ser a mais pobre, a que maiores problemas relacionados à saúde e visão;
- Os dois países mantêm programas de saúde ligada a visão para atendimento e doação de óculos a pessoas com algum tipo de dificuldade visual;
- A partir dos processos democráticos nos dois países desde a década de 1980 e 1990, tais os governos em seus discursos valorizam as políticas sociais como forma do cumprimento da justiça social.

A segunda constatação se refere principalmente à continuidade dos estudos dos programas de alfabetização. Na Venezuela, os egressos contam com políticas de continuação de estudos ligadas a Missão Robinson I desde a educação primária até o ensino superior. No Brasil existem programas de

continuidade de estudos descentralizados da política do PBA, os egressos são encaminhados para a fase I (municipal) e Fase II e Ensino Médio (estadual).

Este artigo traz de forma preliminar algumas semelhanças e diferenças dos dois programas de alfabetização no Brasil e na Venezuela, salientando que esta pesquisa não se encontra esgotada e ainda está em fase de conclusão.

Referências

BRASIL. INEP, 2005. **Venezuela: Venezuela celebra victoria contra el analfabetismo**. Disponível em <http://www.sic.inep.gov.br/pt/component/content/article/101/588-venezuela-venezuela-celebra-victoria-contra-el-analfabetismo>> Acesso em 13.05.2012.

_____. **Decreto nº 4.834**, de 8 de setembro de 2003. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111196/decreto-4834-03>> Acesso em 20.01.2012.

_____. **Decreto nº 6.093**, de 24 de abril de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6093.htm#art18> Acesso em 12.06.2012.

_____. Mec. Programa Brasil Alfabetizado – NOVO. 2001-. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=817> Acesso em 08.06.2012.

_____. MEC. SECADI. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores**. Brasília, abril, 2011.

CEPAL. CENTRO ECONÔMICO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina 2010 – Documento Informativo**. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/41806/PSP-panoramasocial2010.pdf>> Acesso em 19.01.2012.

CONSET. **Conselho de Ética Pública do estado de Minas Gerais**. Disponível em <http://www.conselhos.mg.gov.br/consep/duvidas>> Acesso em 09.08.2011.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe:** trajetória recente. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0638134.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

DÍAZ, Leonela Inés Relyz. **La Alfabetización por Radio y Televisión.** Disponível em <<http://yosipuedo.com.ar/art-leonela.htm>> Acesso em 09.03.2012.

FIGUEREIDO, Argelina Cherubin. **Princípios de justiça e avaliação de políticas.** Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 1997 nº 39, CEDEC, p. 73-103.

FRANCO, Maria A. Ciavatta. **Estudos comparados em educação:** uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: FRANCO, Maria A. Ciavatta. (Org.) Estudos Comparados e educação na América Latina. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992, p.13-35.

GENTILI, Pablo. **Marchas e Contramarchas. El derecho a la educación y las dinámicas de exclusión incluyentes en América Latina (a sesenta años de la declaración universal de los derechos humanos).** REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN. N.º 49 (2009), p. 19-57 Disponível em <<http://www.rieoei.org/rie49a01.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

HADDAD, Sérgio. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.** CREFAL, México, 2008. Disponível em <http://tariacuri.crefal.edu.mx/crefal/crefal2011/cooperacion/descargas/informes_nacionales/brasil_castellano.pdf> Acesso em 15.10.2011.

ILDIS. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. **Las Misiones Sociales en Venezuela:** una aproximación a su comprensión y análisis. D'ELIA, Yolanda (coordinadora). Caracas, Venezuela. 1ª edición, octubre, 2006. Disponível em <<http://www.venescopio.org.ve/docs/misiones1.pdf>> Acesso em 12.10.2011.

OEI. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **Plan Iberoamericano de alfabetización y educación básica de personas jóvenes y adultas. 2007 – 2015. Informes de países,** OEI, 200-. Disponível em <<http://www.oei.es/alfabetizacion/informepaises.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA.** In: Educar em Revista.

Curitiba, PR: Ed. UFPTR, nº 1, jan 1981. 2007, p. 83–100. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n29/07.pdf>> Acesso em 28.08.2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social.** In: Crise da Escola e Políticas Educativas. OLIVEIRA, Dalila Andrade. FERREIRA, Eliza Bartolozzi (orgs). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009, p. 17 – 32.

REGNAULT, Blas. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas na Venezuela.** CREFAL, México, 2008. Disponível em <http://www.crefal.edu.mx/crefal2012/cooperacion/descargas/informes_nacionales/venezuela.pdf> Acesso em 02.09.2010.

RUMMERT, Sônia Maria. VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil:** a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e fazendo Escola. In: Educar em revista. Curitiba, PR: Ed. UFPTR, nº 1, jan 1981. 2007, p. 29 – 45.

TROJAN, Rose Meri. SANCHEZ, Miriam Mabel. **Educação Comparada:** considerações teórico-metodológicas no contexto da globalização. Disponível em: <www.saece.org.ar/docs/congreso3/Trojan2.doc> Acesso em 22.09.2010.

UNESCO. **Educación de calidad para todos: un asunto de derechos humanos.** Documento de discusión sobre políticas educativas en el marco de la II Reunión Intergubernamental del Proyecto Regional de educación para América Latina y el Caribe (EPT/PRELAC), Argentina, 2007.

OREALC/UNESCO Santiago. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150272s.pdf>> Acesso em 18.11.2011.

_____. **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.** Brasília, 2010. Disponível em <http://cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccerlivros%5CCanx%5C20100723130101_Relatorio-Global-Aprendizagem-Educ-Adultos_Unesco.pdf> Acesso em 26.04.2012

_____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT.** A crise oculta: conflitos armados e educação. Relatório Conciso, 2011. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001911/191186por.pdf>> Acesso em 26.01.2011.

_____. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília, agosto de 2008. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf>> Acesso em 16.08.2011.

_____. **Alfabetização:** um desafio inadiável. Educação para todos. Relatório de Monitoramento Global. 2006.

_____. **Brasil Alfabetizado experiências de avaliação dos parceiros.** 2006a. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154575por.pdf>> Acesso em 08.06.2012.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de los Consejos Comunales.** 2009. Disponível em <<http://infocentro.gob.ve/archivos/locc.pdf>> Acesso em 02.02.2012.

WANDERLEY, Luis Eduardo Waldemarin. **Educação popular e processo de democratização.** In___. A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 62-78.

Recebido em 2013-09-30
Publicado em 2014-03-16